

Indicadores de Qualidade de Vida nos Municípios Mineiros e Eficiência Alocativa de Recursos Públicos

Quality of Life Indexes in Minas Gerais Municipalities and Allocative Efficiency of Public Resources

Luiz Carlos de Souza Faria

Bacharel em Administração – Universidade Federal de Viçosa
Av. José Euclides Santana, nº 341, Apto 22, Viçosa-MG. CEP 36570-000
luizcarlos21@gmail.com

Evandro Rodrigues de Farias

Bacharel em Administração – Universidade Federal de Viçosa
Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Departamento Administração – UFV Campus Universitário. 36571-000 Viçosa, MG.
evandrozd@hotmail.com

Lucas Maia dos Santos

Mestrando em Administração – Universidade Federal de Minas Gerais.
Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Rua Joaquim Andrade, 77, Santa Clara, Viçosa, Minas Gerais. CEP: 36570-000
admlucasmaia@hotmail.com

Marco Aurélio Marques Ferreira

Doutor em Economia Aplicada – UFV
Pós-Doutorado em Administração Pública - Rutgers University/USA
Professor Adjunto do Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa.
Departamento Administração – UFV Campus Universitário. 36571-000 Viçosa, MG.
marcoaurelio@ufv.br

Ambrozina de Abreu Pereira Silva

Mestre em Administração – Universidade Federal de Viçosa.
Departamento Administração – UFV Campus Universitário. 36571-000 Viçosa, MG.
ambrozinaap@yahoo.com.br

Resumo

Esta pesquisa propõe avaliar quais são os fatores determinantes da variação da eficiência no provimento da qualidade de vida, tomando como referência a relação entre disponibilidade de recursos públicos e qualidade de vida nos municípios do estado de Minas Gerais. Com o propósito de explicar a variação dos indicadores de qualidade de vida dos municípios mineiros foram propostos dois modelos estatísticos: um modelo a partir do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) que mensura a qualidade de vida gerada por um determinado município e o outro concebido a partir do Índice de Promoção da Qualidade de Vida (IPQV), que mensura a eficiência na alocação de recursos para promoção da qualidade de vida dos municípios mineiros. Os resultados demonstraram que ambos modelos diferenciam-se já que utilizando o IMRS como variável dependente, o volume de recursos pode ser preponderante

Artigo publicado anteriormente nos Anais do XVII Congresso Brasileiro de Custos em 2010.

Artigo submetido em 18 de fevereiro de 2011 e aceito em 20 de maio de 2011 pelo Editor Marcelo Alvaro da Silva Macedo, após *double blind review*.

para a geração de qualidade de vida. Por outro lado, utilizando o IPQV como variável dependente, constatou-se que o volume de recursos arrecadado pelos municípios pode não ser preponderante para o aumento da eficiência da alocação de recursos para a promoção da qualidade de vida da população. Neste caso, os municípios mais eficientes na alocação de recursos não necessariamente são os mais desenvolvidos.

Palavras chave: Qualidade de vida. Alocação de recursos públicos. Eficiência.

Abstract

This research proposes to analyse the determinants of efficiency in supplying quality of life about the relationship between availability of public resources and quality of life in 173 municipalities in the state of Minas Gerais. Aiming to explain variation in quality of life index were proposed two statistical models: a model using the Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) that measures the quality of life generated by a given municipality and the other designed by the Índice de Promoção da Qualidade de Vida (IPQV) which measures the efficiency in allocating resources to promote quality of life in those cities. The results showed both models are unlike as in the IMRS the volume of resources may be leading to the generation of quality of life. Moreover, using the IPQV as dependent variable, the amount of resources collected by municipalities may not be predominant for the efficiency improvement of resource allocation for the promotion of quality of life. In this case, the municipalities more efficient in allocation of resources are not necessarily the more developed.

Keywords: Quality of life. Public resource allocation. Efficiency.

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 garantiu a autonomia administrativa, política e financeira dos municípios por meio do processo de descentralização, uma vez que estes passaram a ser considerados como entes federativos. O grau de autonomia de cada um faz com que políticas, mesmo universais, enfrentem a necessidade de adaptação para sua implantação, adequando-se às diferenças regionais de cada município (PIRES, 2002).

A partir da descentralização, os municípios passaram a ter papel mais preponderante na administração pública, na organização e na prestação de serviços públicos de interesse local, na instituição, arrecadação de tributos e aplicação das rendas, bem como, na legislação de assuntos de interesse local. Também foi possibilitada aos municípios, a participação no produto da arrecadação de impostos da União e dos Estados, que em contrapartida, tiveram que arcar com um aumento significativo nas obrigações de prestação de serviços públicos essenciais (BREMAECKER, 2002).

Devido às particularidades de cada município, a capacidade de arrecadar recursos também se difere entre eles. Desta forma, essas diferenças podem cominar em maior dependência das transferências constitucionais, principalmente, para os municípios de pequeno porte populacional. Para Charneski (2006) os municípios acabaram assumindo papel gradativamente maior na prestação de serviços públicos e investimentos fixos.

Desta forma, pode-se dizer que o processo de descentralização após a constituição de 1988, deixou a cargo dos municípios mais responsabilidades e importância à gestão pública local para prover de forma eficaz as necessidades da população no que tange a saúde, educação, saneamento básico, habitação e outros serviços sociais que são relevantes para a melhoria da qualidade de vida.

Neste aspecto, a qualidade de vida é expressa por fatores objetivos e subjetivos. O patamar material mínimo e universal para se falar em qualidade de vida diz respeito à

satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer; elementos materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva. (MINAYO *et. al* 2000).

Diante dessa questão surge a necessidade de mensurar as ações dos governos no provimento da qualidade de vida para a população. Sendo assim, despontam os indicadores sociais, considerados construções que procuram refletir uma realidade mais simplificada do que a complexidade observada, mas que, compreendidas as suas devidas limitações, são poderosos refletores dos fenômenos percebidos (MORÃO, 2004).

A relevância de indicadores compostos no estudo de eventos em ciências sociais aplicadas pode ser percebida a partir dos trabalhos de Souto *et al.* (1995), Dodds (1996), Akerman (1997), Akerman *et al.* (1997), Akerman (1998) e Luiz *et al.* (2009) que construíram indicadores compostos para medir condições de vida/qualidade de vida em espaços urbanos distintos.

Neste estudo serão analisados dois indicadores de qualidade de vida no estado de Minas Gerais: o Índice de Promoção de Qualidade de Vida (IPQV) e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social. O primeiro foi desenvolvido pelo grupo de pesquisa Administração Pública e Gestão Social (APGS) da Universidade Federal de Viçosa e o segundo foi desenvolvido pela Fundação João Pinheiro.

Além de conhecer a situação do município quanto ao desempenho em relação à geração e eficiência no provimento da qualidade de vida, é necessário conhecer quais os fatores que influenciam estes indicadores. Sendo assim, esta pesquisa tem o objetivo de avaliar quais são os fatores determinantes da variação da geração e da eficiência no provimento da qualidade de vida, tomando como referência a relação entre disponibilidade de recursos públicos e qualidade de vida nos municípios do estado de Minas Gerais.

A seguir, a seção 2 desta pesquisa descreve alguns dos principais conceitos sobre a qualidade de vida e sobre o Índice de Promoção da Qualidade de Vida (IPQV) e sobre o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). A seção 3 apresenta a metodologia, as variáveis e o modelo estatístico a ser analisado. Os resultados e a análise do modelo estatístico encontram-se na parte 4. Por fim, o estudo finaliza-se na seção 5 com as considerações finais.

2. Referencial Teórico

2.1 Qualidade de vida

De acordo com a literatura, há indícios de que o termo qualidade de vida surgiu pela primeira vez na literatura médica na década de 30, segundo um levantamento de estudos que tinham por objetivo a sua definição e faziam referência à sua avaliação (NETO, 2002). No entanto, o conceito de qualidade de vida só foi incorporado às questões sociais logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de perceber a relação entre suporte financeiro e melhores condições de vida (MEEBERG, 2008).

Segundo Adriano *et. al* (2000) a qualidade de vida de uma população depende de suas condições de existência, do seu acesso a certos bens e serviços econômicos e sociais: emprego e renda, educação básica, alimentação adequada, acesso a bons serviços de saúde, saneamento básico, habitação, transporte de boa qualidade etc. O autor ressalta que a Qualidade de Vida varia de acordo com a cultura da região.

Para Minayo *et. al* (2000), a qualidade de vida é expressa por fatores objetivos e subjetivos. O patamar material mínimo e universal para se falar em qualidade de vida diz respeito à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso

à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer; elementos materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva.

Rodrigues e Silveira (2009) ao definir o termo qualidade de vida demonstra que esta reflete a satisfação harmoniosa dos objetivos e desejos de alguém. Estão associados à qualidade de vida, fatores sociais, biológicos e psicológicos, com forte influência da percepção subjetiva, da história e do contexto na qual a pessoa está inserida.

No âmbito formal, a qualidade de vida foi definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como “a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL GROUP, 1999).

Forattini (1992) avalia que o termo qualidade de vida pode ser entendido como resultante do somatório dos fatores decorrentes da interação entre sociedade e ambiente, atingindo a vida no que tange às necessidades biológicas e psíquicas.

Alguns autores explicitam posições relacionadas à valorização de duas vertentes. Segundo Herculano (1998) qualidade de vida não deve ser entendida como um conjunto de bens, confortos e serviços, mas das oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para realizações passadas e presentes. Segundo Westphal (2000), nesta perspectiva o bem-estar, ou melhor, a qualidade de vida, tem como componentes básicos a questão política e as possibilidades de influenciar nas decisões que dizem respeito à coletividade e sua participação na vida comunitária e a possibilidade de ser influenciado com ações passadas e presentes da coletividade.

De acordo com Minayo *et al.* (2000), o tema qualidade de vida é visto por vários prismas, seja da ciência, através de várias disciplinas, seja do senso comum, seja do ponto de vista objetivo ou subjetivo, seja em abordagens individuais ou coletivas. No âmbito da saúde, de forma genérica, ele se baliza na compreensão das necessidades humanas fundamentais, materiais e espirituais e tem no conceito de promoção da saúde seu foco mais importante.

Nesse sentido qualidade de vida é um termo que não se restringe a um tema específico, contudo ao conjunto de elementos que devem ser desenvolvidos de forma conjunta, deve ser balizado em uma visão holística.

Segundo Seidl e Zannon (2004) o termo qualidade de vida relacionada à saúde é muito freqüente na literatura e tem sido usado com objetivos semelhantes à conceituação mais geral. No entanto, parece implicar os aspectos mais diretamente associados às enfermidades ou às intervenções em saúde.

Para que o processo de qualidade de vida no âmbito da saúde obtenha êxito, é indispensável a integração de todas as áreas para que o processo tenha eficácia e atinja seus objetivos. Esta relação pode ser definida como o processo nos quais objetivos, estratégias, atividades e recursos de cada setor são considerados segundo suas repercussões e efeitos nos objetivos, estratégias, atividades e recursos dos demais setores (OPAS, 1992).

Há uma tradição no debate sobre qualidade de vida e saúde no Brasil. Paim (1997) fez uma revisão sobre estudos que relacionam condições de vida e saúde desenvolvidos nas últimas décadas, no âmbito das correntes da medicina e da epidemiologia social, onde destaca os trabalhos de Castro (1966), Arouca (1975), Possas (1989) e outros, como os de Breilh *et al.* (1990), Laurell (1995), Meeberg (2008). Citam-se também os trabalhos de Dasgupta e Weale (1992), Monteiro (1995), Minayo *et al.* (2000), Seidl e Zannon (2004) que exploram as diversas dimensões do tema saúde e qualidade de vida.

2.2 Índices de qualidade de vida

De acordo com Scarpin e Slomski (2007) a construção de indicadores de desenvolvimento reflete a estreita relação com os debates em torno da mensuração da qualidade de vida. A rigor, um indicador sobre esse tema se baseia na admissão de que a Faria, L. C. S.; Farias, E. R.; Santos, L. M.; Ferreira, M. A. M.; Silva, A. A. P.

qualidade de vida não se resume à esfera econômica da experiência humana, como foi abordado nas definições de Forattini (1992), Adriano et al. (2000) e Rodrigues e Silva (2009). A grande questão que se coloca quando se pretende avaliar o nível de prosperidade ou qualidade de vida de um país, região ou município é como fazê-lo e quais os critérios verdadeiramente significativos para o desenvolvimento humano.

Clemente (2000) alerta num capítulo específico que o indicador mais amplamente utilizado para representar o nível de desenvolvimento de uma região ou de um país é a renda 'per capita'; no entanto, as deficiências desse procedimento são evidentes, principalmente quando não se complementa a análise com outros indicadores. Forattini (1992), Minayo et al. (2000), Adriano et al. (2000) e Rodrigues e Silva (2009) explicaram que a qualidade de vida não é mensurada somente por uma variável, mas por um conjunto de fatores, entre eles fatores sociais, psicológicos e fisiológicos.

Lourenço (2005) escreve que é conveniente ter presente que nem sempre as grandezas, PIB total ou *per capita*, expressam a disponibilidade de potencialidades econômicas ou de qualidade de vida das populações locais, a não ser quando são fruto da combinação entre expansão da renda e da população e, por extensão, dos níveis de emprego. Em certas situações, a implantação e consolidação de atividades com parâmetros assimétricos de agregação de valor e de absorção de mão-de-obra podem provocar inclusive o fenômeno de impulsão da renda e de expulsão de população, bastante comum em municípios de pequeno porte, especializados na exploração agrícola de subsistência e/ou desprovidos de infraestrutura.

Neste sentido, vários índices têm sido criados indo ao encontro da definição de qualidade de vida de Adriano *et al.* (2000). Segundo Nahas (2003), o grande motivador da elaboração e uso de índices para avaliar o meio urbano foi Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990. O IDH surgiu como medida geral e, portanto, sintética, do desenvolvimento humano e partiu do pressuposto de que, para aferir o avanço de uma população, não se deve considerar apenas a dimensão econômica, dada pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. A metodologia de cálculo do IDH pode ser acessada no sítio eletrônico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

No Brasil, com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 1996, este índice de referência mundial, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações estaduais, como critério para distribuição de recursos dos programas sociais.

Em âmbito regional, mais especificamente no Estado de Minas Gerais, vale ressaltar a existência de índices mais específicos como o Índice de Promoção da Qualidade de Vida (IPQV) e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). Estes dois índices serão utilizados como balizadores do estudo em questão e serão mais detalhados no próximo tópico.

O Índice de Promoção da qualidade de vida (IPQV) foi desenvolvido por pesquisadores do Grupo APGS da Universidade Federal de Viçosa, com o propósito de permitir aos gestores públicos (administração dos recursos públicos) e a sociedade (monitoramento) refletir sobre a geração da Qualidade de Vida, a partir da alocação dos recursos disponíveis. Trata-se de um índice capaz de mensurar a relação do que já foi provido e o que poderá ser provido, refletindo a capacidade do gestor em promover melhores condições de vida em longo prazo.

O IPQV contém certas especificidades, tais como: a preservação das três dimensões que compõe o IDH-M, renda, educação e saúde, embora, as variáveis escolhidas sejam distintas das utilizadas pelo IDHM. Destaca-se o acréscimo, da dimensão habitação e urbanismo, por considerar que essa dimensão, conforme descrito por diversos autores é um fator que influencia diretamente na qualidade de vida da população e tem sido desconsiderada

por diversos autores. Este índice baseia-se na utilização não apenas de variáveis representativas de resultados gerados à sociedade (produtos), mas também variáveis representativas de recursos disponibilizados à administração pública para o provimento das necessidades da população (insumo).

O IPQV abrange então, três dimensões: (1) educação e cultura, (2) saúde, (3) habitação e urbanismo, todas ponderadas pelo PIB (variável representativa de renda) que desempenha neste estudo a função de uma variável de controle, que capta a disponibilidade de recursos não apenas públicos. Os resultados de cada dimensão são obtidos pela análise de eficiência, com orientação-produto e retornos variáveis à escala, realizada por meio da metodologia de Análise Envoltória de Dados (DEA), não sendo então uma média aritmética simples das variáveis que compõem cada dimensão, pois, leva em conta a relação produto-insumo, e compara o desempenho de cada município em relação aos demais. O cálculo do IPQV está detalhado em Silva (2009).

Para cada uma das três dimensões consideradas, foram criados, para 2000 e 2004, indicadores sintéticos, IPQV- Educação e Cultura, IPQV – Saúde e IPQV – Habitação e Urbanismo, que permitiram a hierarquização dos municípios mineiros conforme sua eficiência na alocação de recursos de educação, saúde e habitação. Após gerados os indicadores sintéticos, obtém-se o IPQV, através da média aritmética destes indicadores. Os resultados deste índice variam de 0 (menos eficiente) a 1 (mais eficiente), sendo que a manutenção e promoção de qualidade de vida será melhor quando o indicador estiver mais próximo de 1.

O IPQV constitui uma importante ferramenta de acompanhamento socioeconômico sintético das cidades mineiras, tendo utilidade para comparar o quanto os municípios podem produzir de benefícios para a sociedade considerando a mesma quantidade de recursos consumidos.

O outro indicador abordado neste estudo, o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), é uma base de dados que contempla todos os municípios do Estado de Minas Gerais e é constituído de indicadores relacionados às dimensões saúde, educação, renda, segurança pública, meio ambiente e saneamento, cultura e esporte, e finanças municipais, dentre os anos de 2000 e 2007. A instituição responsável pela elaboração do IMRS é a Fundação João Pinheiro, que recebeu uma atribuição legal, definida pelo art. 3º da ementa da lei 14.172, para sua criação (DATAGERAIS, 2011). A metodologia de cálculo do IMRS pode ser acessado no sítio eletrônico da Fundação João Pinheiro.

Esta base de dados e de indicadores tem como fonte principal os registros administrativos, que apresentam a vantagem de ter periodicidade curta, possibilitando a construção de séries anuais. Também apresenta um conjunto de índices sintéticos para cada uma das referidas dimensões, além do índice-síntese final para os anos de 2000, 2002, 2004 e 2006.

De acordo com informações do DATAGERAIS (2011), o IMRS foi desenvolvido para avaliar a situação desses municípios, contemplando nove dimensões: renda, saúde, educação, demografia, segurança pública, gestão, habitação e meio ambiente, cultura e desporto e lazer. Para cada dimensão, foram selecionados temas relevantes que pudessem retratar a situação existente, a atuação da gestão pública e as iniciativas vinculadas à participação nas decisões. As ações avaliadas foram definidas como aquelas que são (ou deveriam ser) prioridade de programas e de políticas públicas das esferas de governo municipal, estadual e/ou federal. Sendo assim, os diferentes níveis de governo são co-responsáveis por avanços nessas áreas, e o índice retrataria seu sucesso ou sua responsabilidade social conjunta. O cálculo deste índice pode ser visualizado em sítio do DATAGERAIS e da Fundação João Pinheiro.

3. Metodologia

A seguir, a metodologia encontra-se dividida em três seções, sendo elas, estratégia de coleta de dados, análise e tratamento dos dados e modelo estatístico onde é descrita a escolha do método e variáveis.

3.1 Estratégia de Coleta de Dados

Para a operacionalização da pesquisa, foram utilizados dados secundários e informações de organismos oficiais extraídos da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN); e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) da Fundação João Pinheiro (FJP). Foram utilizados os dados correspondentes ao período de 2004 para os municípios de Minas Gerais.

A área de pesquisa foi delimitada através do Índice da Promoção da Qualidade de Vida (IPQV) que foi calculado somente para os municípios do Estado de Minas Gerais e apenas para o ano de 2004. Como amostra dos municípios mineiros, foram selecionados 117 municípios que compõe as duas regiões mais desenvolvidas de acordo com o IPQV (Norte de Minas e Jequitinhonha) e menos desenvolvidas (Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas). Outros municípios de Minas Gerais não foram inseridos por não possuírem todas variáveis necessárias para análise deste estudo.

É importante destacar que a presença de multicolinearidade entre as variáveis dependentes e independentes fizeram com que os dois modelos se diferenciasssem. Assim, se uma variável está presente em um modelo e não está no outro, isso significa que rejeitou-se a hipótese nula do teste de Farrar & Glauber de ausência de multicolinearidade a 5% eo o valor VIF foi superior a 10, indicando multicolinearidade problemática.

3.2 Análise e tratamento dos dados

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa foi escolhida uma abordagem metodológica de natureza quantitativa devido às características das variáveis. De acordo com Bruyne et al. (1991), a quantificação estabelece uma correspondência entre as dimensões de cada conceito e números dispostos segundo determinadas regras; autoriza a comparabilidade numérica e a aplicação de métodos de tratamento quantitativo.

Para quantificar a influência das variáveis predictoras na variação dos indicadores de qualidade de vida dos municípios estudados foram realizadas análises multivariadas utilizando o software *Statistical Package for the Social Science* (SPSS versão 15.0), com destaque para as análises de correlação e de regressão linear múltipla.

3.3 Modelo estatístico

No propósito de explicar a variação dos indicadores de qualidade de vida dos municípios mineiros foram propostos dois modelos estatísticos: um para o IPQV e outro para o IMRS.

Para avaliar as variáveis que influenciam o IMRS foram testadas algumas variáveis, cujas expectativas teóricas estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1 - Descrição das variáveis do modelo utilizando o IMRS como variável dependente

Variável	Descrição	Sinal esperado do coeficiente
Y_{IMRS}	Variável a ser explicada pelo modelo. Ela corresponde ao Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) no ano de 2004.	

$B.Fam_n$	Total de recursos, <i>per capita</i> , repassados, aos municípios através do Bolsa Família.	Positivo, porque espera-se que o bolsa família colabore com a melhoria da qualidade de vida das famílias assistidas pelo programa.
VAF_n	Valor Adicionado Fiscal (VAF), <i>per capita</i> , de um município n da amostra.	Positivo, pois o VAF é um índice calculado anualmente pelo Estado, usado para apurar o valor a ser creditado para cada Município referente ao repasse de receitas advindas do ICMS (imposto estadual) e IPI Exportação. Sendo assim, espera-se que quanto maior for o índice, maior será o valor do repasse que poderão ser aplicados em benefício da população.
$IPTU_n$	Quantidade de recursos, <i>per capita</i> , recolhidos, através do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), por um município n da amostra.	Positivo, pois quanto maior a arrecadação do IPTU, <i>per capita</i> , no município, maior será os recursos para o município investir em qualidade de vida. Além disso, serve como uma <i>proxy</i> para habitação da população.
$ICMS_n$	Quantidade de recursos, <i>per capita</i> , recolhidos, através do Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS), por um município n da amostra.	Positivo, pois quanto maior o ICMS, maior será a atividade industrial e comercial do município. Sendo assim, presume-se que aqueles municípios que recolhem mais, gerem mais empregos e tenham mais recursos para gerar qualidade de vida à população.
SUS_n	Registra o valor total dos recursos, <i>per capita</i> , repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos municípios.	Positivo, pois sugere-se que quanto mais recursos forem repassados para a saúde do município, maior será sua capacidade de geração de qualidade de vida.
$FUNDEF_n$	Registra o valor total dos recursos, <i>per capita</i> , de transferências recebidas diretamente do FUNDEF, pelos Municípios.	Positivo, pois sugere-se que quanto mais recursos forem repassados para a educação do município, maior será sua capacidade de geração de qualidade de vida.

Fonte: Resultados de pesquisa

Além do IMRS que é um índice que mensura a qualidade de vida gerada no município, optou-se por utilizar também o IPQV, que mensura a eficiência alocativa de recursos públicos no provimento de qualidade de vida. Para avaliar as variáveis que influenciam o IPQV foram testadas algumas variáveis, cujas expectativas teóricas estão descritas na Tabela 2.

Tabela 2 - Descrição das variáveis do modelo utilizando o IPQV como variável dependente

Variável	Descrição	Sinal esperado do coeficiente
Y_{IPQV}	Variável a ser explicada pelo modelo. Ela corresponde ao Índice de promoção de qualidade de vida (IPQV) dos municípios mineiros, no ano de 2004, proposto por SILVA (2009).	Sem interpretação do sinal
$Empreg_n$	Taxa de emprego no setor formal de um município n da amostra.	Positivo, pois o emprego é fundamental para a qualidade de vida das pessoas, então quanto maior for a taxa de empregabilidade, maior será a qualidade de vida da população.
$Gastos_n$	Gasto municipal total <i>per capita</i> , de um município n da amostra.	Positivo, pois quanto maior os gastos, <i>per capita</i> , do município, maior será o seu poder de gerar qualidade de vida à população.
$IPVA_n$	Quantidade de recursos, <i>per capita</i> , recolhidos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), por um município n da amostra.	Positivo, pois quanto maior a arrecadação do IPVA, <i>per capita</i> , no município, maior será os recursos para o município investir em qualidade de vida. Além disso, serve como uma <i>proxy</i> para transporte da população.

ITR_n	Quantidade de recursos, <i>per capita</i> , recolhidos do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), por um município n da amostra.	Positivo, pois quanto maior a arrecadação do ITR, <i>per capita</i> , no município, maior será os recursos para o município investir em qualidade de vida. Além disso, serve como uma <i>proxy</i> para atividade rural do município.
$Analfab_n$	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais, de um município n da amostra.	Negativo, pois quanto menores forem os níveis de educação do município, maior tende a ser a qualidade de vida gerada por ele.
$B.Fam_n$	Total de recursos, <i>per capita</i> , repassados, aos municípios, através do Bolsa Família.	Positivo, porque espera-se que o bolsa família melhore a qualidade de vida das famílias assistidas pelo programa e assim a qualidade de vida média da população.
SUS_n	Registra o valor total dos recursos, <i>per capita</i> , repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos municípios.	Positivo, pois espera-se que quanto mais recursos forem repassados para a saúde do município, maior será sua capacidade de geração de qualidade de vida.
$FUNDEF_n$	Registra o valor total dos recursos, <i>per capita</i> , de transferências recebidas pelo município diretamente do FUNDEF.	Positivo, pois espera-se que quanto mais recursos forem repassados para a educação do município, maior será sua capacidade de geração de qualidade de vida.

Fonte: Resultados de pesquisa

Os modelos foram estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) (CORRAR et al. 2007). Os modelos poderão ser representados pelas equações 1 e 2.

$$Y_{IMRS} = \alpha_0 B.Fam_n + \alpha_1 VAF_n + \alpha_2 IPTU_n + \alpha_3 ICMS_n + \alpha_4 SUS_n + \alpha_5 FUNDEF_n + \varepsilon_n \quad (1)$$

$$Y_{IPQV} = \alpha_0 Empreg_n + \alpha_1 Gasto_n + \alpha_2 IPVA_n + \alpha_3 ITR_n + \alpha_4 Analfab_n + \alpha_5 B.Fam + \alpha_6 FUNDEF_n + \alpha_7 SUS_n + \varepsilon_n \quad (2)$$

É importante ressaltar que foram utilizados valores *per capita*, que reduz o viés de porte e refletem mais a realidade de aporte de recursos e esforços dentro do município.

4. Resultados

Para avaliar os fatores que determinam a geração e o provimento da qualidade de vida dos municípios mineiros, foram criados dois modelos estatísticos distintos: um tendo o IMRS como variável dependente e o outro o IPQV. Sendo assim a seção de resultados foi dividida em dois tópicos para melhorar a visualização dos resultados.

4.1 Fatores determinantes do IMRS

Foi construído um modelo a partir do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) para avaliar os fatores determinantes da geração da qualidade de vida dos municípios mineiros, visto que este mensura a qualidade de vida gerada por um determinado município.

Para verificar a existência de relação linear entre as variáveis utilizadas e a qualidade de vida gerada pelos municípios mineiros, primeiramente foi realizado o teste de correlação de Pearson.

Ao analisar os resultados, presentes na Tabela 3, verifica-se que, das seis variáveis estudadas, três possuem correlações significantes a 5%. As variáveis que possuem maior intensidade de relação significativas, respectivamente, são Bolsa Família, IPTU e ICMS.

Tabela 3 - Correlação entre o IMRS e as variáveis utilizadas.

	$B.Fam_n$	VAF_n	$IPTU_n$	$ICMS_n$	SUS_n	$FUNDEF_n$
Correlação	-0,571	0,430	0,516	0,504	0,140	-0,148
Significância	0,000	0,645	0,000	0,000	0,132	0,111

Fonte: Resultados de pesquisa

Para a construção do melhor modelo explicativo foi utilizado o método *stepwise*. Nesse sentido, Maroco (2003, p. 420) afirma que os procedimentos de seleção de variáveis apresentam vantagem de indicar, com base num critério exato, quais as variáveis que apresentam relações mais fortes com a variável dependente e por isso são melhores candidatas ao modelo definitivo.

De acordo com a Tabela 4 observa-se que o modelo que apresentou maior poder de explicação contém as variáveis VAF, IPTU, ICMS e Bolsa Família, significativo a 1%. Estas variáveis juntas apresentaram um grau de associação de 81,10 % com a variável IMRS e o coeficiente de determinação (R^2) mostra que 65,8% das variações do IMRS são explicadas pela variação conjunta das variáveis escolhidas pelo modelo.

O poder explicativo do VAF pode ser interpretado como variável que representa o repasse de recursos aos municípios. Então, quanto maior a disponibilidades de recursos associadas ao VAF, maior seria o potencial para gerar qualidade de vida à população.

O poder de explicação da variável IPTU pode estar relacionado a dois fatores. O primeiro está na relação entre recolhimento de impostos e seu conseqüente aumento dos recursos disponíveis aos municípios para gerar qualidade de vida a sua população, principalmente, em infra-estrutura. O segundo ponto está relacionado ao fato de que quanto maior é o IPTU recolhido, *per capita*, maior tende a ser a relação entre a quantidade ou qualidade dos imóveis do município pelo número de habitantes. Então, como a habitação é um dos pontos relevantes para a geração de qualidade de vida, quanto maior o IPTU recolhido, maior será a qualidade de vida da população.

O ICMS pode estar relacionado à industrialização ou ao nível de atividades comerciais dos municípios. Sendo assim, quanto maior for o recolhimento, *per capita*, maior será a possibilidade do município em gerar empregos e riqueza para a sua população. Desta forma, o recolhimento de ICMS está relacionado com o potencial do município em gerar qualidade de vida.

De acordo com os coeficientes expostos na Tabela 4, o bolsa família contrariou a expectativa inicial. Esperava-se que o aumento do repasse estivesse associado com a elevação do IMRS. Porém, o resultado inesperado pode estar ligado ao fato de que o aumento dos repasses pode indicar maior número de famílias em condições de pobreza que necessitam do programa para adquirir condições de alimentação e moradia. Observa-se que, em média, o aumento de um real no repasse de recursos do bolsa família, *per capita*, está associado a uma variação negativa no IMRS. Como interpretado anteriormente, a distribuição de recursos do bolsa família está ligada a níveis de pobreza, denotando ineficiência na geração da qualidade de vida por parte dos municípios.

Na Tabela 4 pode-se verificar o coeficiente beta das variáveis presentes na construção do modelo de regressão múltipla. É importante ressaltar que através do teste t pôde-se rejeitar, com nível de significância de 5%, a hipótese de que os coeficientes são iguais a zero.

O aumento de um real no VAF, no IPTU e no ICMS no município proporciona um aumento na geração de qualidade de vida, de acordo com os valores absolutos dos coeficientes. A maior disponibilidade de recursos aumenta o potencial do município em prestar serviços à população que gere benefícios à qualidade de vida. Além do mais, estes impostos per capita, por si, indicam qualidade e tamanho dos imóveis, produção industrial e

comercial e potencial para recebimento de outras receitas tributárias, considerando respectivamente as características do IPTU, ICMS e VAF.

Tabela 4 – Coeficientes da regressão utilizando o IMRS

Variável	Coefficiente Beta	Erro-padrão	Significância (t)
Constante	0,604	0,007	0,000
VAF_n	0,001	0,000	0,000
$IPTU_n$	0,001	0,000	0,000
$ICMS_n$	0,001	0,000	0,003
$B.Fam_n$	- 0,001	0,000	0,000

Teste geral do modelo (teste f) significativo a 1%; R = 0,811; R² = 0,658; R² ajustado = 0,646 ; p-value < 0,001

Fonte: Resultados de pesquisa

Porém, embora o resultado do modelo com o IMRS tenha apresentado comportamento esperado, é importante ressaltar que, segundo Corrar et al. (2007), a análise multivariada requer testes de suposições para as variáveis separadas e em conjunto e cada técnica apresenta seu conjunto de suposições e pressupostos. Os principais pressupostos testados foram para a normalidade dos resíduos, homocedasticidade dos resíduos, multicolinearidade entre as variáveis independentes e ausência de autocorrelação serial. Todos os pressupostos foram testados e seus coeficientes apontaram para a validação da regressão, podendo esta ser utilizada para a determinação dos fatores que explicam a geração de qualidade de vida dos municípios mineiros.

4.2 - Fatores determinantes para a eficiência no provimento da qualidade de vida

O modelo utilizando o IPQV como variável dependente, presente na Tabela 5, mostra que das oito variáveis estudadas, seis possuem correlações significantes a 5%. As variáveis que possuem maior intensidade de relação são, respectivamente, empregos no setor formal, gastos totais do município, IPVA, taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais, transferências do bolsa família e ITR.

Tabela 5 - Correlação entre o IPQV e as variáveis utilizadas.

	$B.Fam_n$	$Empreg_n$	$IPVA_n$	$Analfab_n$	ITR_n	$Gastos_n$	SUS_n	$FUNDEF_n$
Correlação	0,502	-0,693	-0,530	-0,515	-0,421	-0,620	-0,105	-0,116
Significância	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,261	0,211

Fonte: Resultados de pesquisa

É possível observar ao analisar os resultados da correlação que apenas as transferências do bolsa família e a taxa de analfabetismo não contrariaram as expectativas iniciais dos sinais dos coeficientes. Considerando que as variáveis representam a disponibilidade de recursos para os municípios, presumi-se que aqueles que apresentam abundância de recursos não os conseguem geri-los de uma maneira eficiente. Isto porque, esperava-se que tal disponibilidade estivesse positivamente relacionada ao IPQV. Tais fatores estão presentes em outros estudos desenvolvidos com foco no Estado de Minas Gerais, a exemplo de Monteiro (2009), Rodrigues e Silveira (2009) e Silva (2009).

Pelo método *stepwise*, o modelo que apresentou maior poder de explicação é composto pelas variáveis bolsa família, taxa de empregos, IPVA, analfabetismo, ITR e gastos totais dos municípios. Observa-se que as variáveis do modelo apresentaram, conjuntamente, um grau de associação de 88,30% com a variável IPQV. O coeficiente de determinação (R²)

mostra que 78,00% das variações do IPQV são explicadas pela variação conjunta das variáveis escolhidas pelo modelo. (TABELA 3).

Na Tabela 6 pode-se verificar o coeficiente beta das variáveis presentes na construção do modelo de regressão múltipla. É importante ressaltar que através do teste t pode-se rejeitar, com nível de significância de 5%, a hipótese de que os coeficientes são iguais a zero.

Tabela 6 – Coeficientes da regressão utilizando o IPQV

Variável	Coeficiente Beta	Erro-padrão	Significância (t)
Constante	1,272	0,130	0,000
<i>Empreg_n</i>	-0,266	0,089	0,004
<i>Gastos_n</i>	-0,728	0,087	0,000
<i>Analfab._n</i>	-0,333	0,177	0,063
<i>IPVA_n</i>	-0,005	0,001	0,001
<i>ITR_n</i>	-0,009	0,003	0,003
<i>B.Fam_n</i>	0,001	0,000	0,013

Teste geral do modelo (teste f) significativo a 1%; R=0,883; R²=0,780; R² ajustado=0,768; p-value < 0,001

Fonte: Resultados de pesquisa

O poder explicativo do bolsa família, neste caso, pode estar associado ao fato de que o repasse de recursos para as famílias de baixa renda auxilia os municípios prover qualidade de vida de modo mais eficiente. No presente caso, pode-se interpretar que o programa exige que as crianças assistidas pelo programa freqüentem a escola, o que aumenta a eficiência da educação, que é uma das variáveis do IPQV.

A variável Taxa de emprego no setor formal, não correspondeu à expectativa inicial do estudo (Tabela 2) de aumento da eficiência alocativa para o aumento do número de empregados. Assim, uma das inferências para este resultado é que o coeficiente negativo pode estar ligado ao fato de que o maior o número de habitantes empregados possibilita a autonomia da população em gerar sua própria qualidade de vida. Assim, é esperado redução da eficiência da alocação de recursos destinados ao provimento de serviços públicos, em razão da redução da cobrança da população por estes serviços.

O poder de explicação da variável taxa de analfabetismo, ao contrário do esperado na Tabela 1, evidenciou uma associação positiva com o IPQV. Uma das explicações para o fato, que também pode ser entendido para outras variáveis, é que os municípios menos desenvolvidos, com menor IDH, obtiveram melhor desempenho no IPQV. Isso quer dizer que não necessariamente, o município que aloque eficientemente seus recursos seja o mais desenvolvido. Assim, a variação positiva do IPQV está associada ao fato de que os municípios com maior taxa de analfabetismo demonstram mais eficiência na alocação de recursos públicos. Possivelmente, os municípios menos desenvolvidos possuem escassez de recursos, sendo obrigados a gerí-los e alocá-los eficientemente.

O poder de explicação, negativo, da variável IPVA pode demonstrar que a maior oferta de recursos está associada a sua ineficiência alocativa. Outro ponto pode estar relacionado ao fato de que quanto maior é o recolhimento do IPVA, *per capita*, maior tende a ser a relação entre a quantidade ou qualidade dos veículos automotores do município pelo número de habitantes, e este pode ser um indício de maior renda da população. Assim, a interpretação pode ser semelhante ao caso da variável taxa de emprego em que a maior disponibilidade de renda da população reduz a dependência destes com os serviços ofertados pelos órgãos públicos que por sua vez tornam-se menos eficientes na alocação dos recursos públicos sem demanda da população.

O coeficiente da variável ITR pode demonstrar que quanto maior a atividade rural do município, menor será sua capacidade em gerar qualidade de vida à população, demonstrada pela redução do IPQV. Pode-se associar esta situação aos pequenos investimentos dos órgãos públicos nas zonas rurais de seus municípios.

A variável gastos totais do município contraria a expectativa inicial, mas o resultado, assim como acontece com IPVA e ITR, pode estar ligado ao fato de que a maior disponibilidade de recursos, *per capita*, para o município, tende a estar associada com a baixa eficiência alocativa. Neste caso, pode-se inferir que a maior disponibilidade de recursos poderia conduzir a uma alocação ineficiente ou a desperdícios de recursos por parte dos gestores públicos. Os resultados encontrados confirmaram as abordagens de Stern (1995), Humphreys (2001) e Rodrigues e Silveira (2009) em que o excesso de recursos está diretamente associado ao desperdício.

5. Considerações Finais

De alguma forma, observou-se que os resultados divergiram para os dois modelos analisados, considerando as expectativas iniciais para o sinal dos coeficientes. Tomando o IMRS como variável dependente, os resultados demonstraram que o volume de recursos pode ser preponderante para a geração de renda nos municípios, já que variáveis ligadas aos repasses e recolhimento de recursos tiveram uma relação positiva. Assim, presume-se que quanto maiores forem os recursos de um município, maior será sua capacidade de gerar qualidade de vida a população.

Por outro lado, a situação com o IPQV mostrou-se antagônica ao modelo analisado utilizando o IMRS. Adicionalmente, pode-se inferir que uma das razões para que os resultados dos coeficientes das variáveis explicativas diverjam do esperado pode estar no fato de que os municípios com maior IPQV foram aqueles com menores índices de desenvolvimento, mensurados pelo IDH. Assim, o desenvolvimento atual dos municípios podem não ter associação com a eficiência na alocação dos recursos públicos, ou como afirmado anteriormente, os municípios mais desenvolvidos, por possuírem mais recursos, não os alocam de maneira eficiente.

Destaca-se que a maior independência da população em gerar sua própria qualidade de vida propicia um ambiente de menos cobrança por serviços públicos, acarretando a redução da eficiência dos órgãos públicos na alocação dos recursos. A análise envoltória de dados permitiu mensurar os índices de eficiência na alocação de recursos e com isso pode-se estabelecer comparações entre os municípios no provimento da qualidade de vida, visto que a eficiência é relativa entre os municípios.

Outro ponto importante é o fato dos recursos do programa bolsa família estarem diretamente ligados ao provimento eficiente da qualidade de vida. Isto pode ser explicado pelo fato dos municípios que necessitam de mais recursos do programa terem menos recursos para gerar qualidade de vida à sua população. O repasse auxilia na promoção da qualidade de vida, já que coloca como pré-requisito a ida das crianças assistidas à escola. Isto garante uma maior eficiência na educação e conseqüentemente na geração de qualidade de vida.

Entre as principais limitações deste estudo, cita-se a análise no período de um ano, bem como, a análise em, aproximadamente, 21% dos municípios de Minas Gerais. Assim, sugere-se para futuros estudos que seja analisada a relação entre a promoção e a geração da qualidade de vida, diante dos resultados alcançados neste trabalho, aprofundando a questão da eficiência da alocação e disponibilidade de recursos pelos municípios. Também, sugere-se ampliação da área geográfica, abrangendo mais municípios e mais anos de análise.

Outro ponto importante é o fato dos recursos do programa bolsa família estar inversamente ligado à geração de qualidade de vida e diretamente ligado ao seu provimento

Indicadores de Qualidade de Vida nos Municípios Mineiros e Eficiência Alocativa de Recursos Públicos

de maneira eficiente. Isto pode ser explicado pelo fato de que os municípios que necessitam de mais recursos do programa tem menos recursos para gerar qualidade de vida a sua população, porém o repasse auxilia o município a ter um provimento eficiente da qualidade de vida, já que coloca como pré-requisito a ida das crianças assistidas à escola, garantindo maior eficiência na educação e conseqüentemente na geração de qualidade de vida.

Assim, pode-se inferir que pode existir uma relação inversa entre geração e provimento de qualidade de vida, pois quem tem mais recursos gera mais qualidade de vida, porém, pode não o conseguir fazê-lo de maneira eficiente.

Referências

ADRIANO, J. R.; WERNECK, G. A. F.; SANTOS, M. A.; SOUZA, R. C. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida? **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.5, n.1, pp. 53-62, 2000.

AKERMAN, M.; MASSEI, W.; CABRAL, S.; BROCH, A.; CREMOMESE, A.; ALVES, T. S.; FRICHENBRUDER, M. T. M. A concepção de um projeto de observatório de qualidade de vida: relato de uma experiência realizada em Campinas. **Saúde e Sociedade**, v.6, n.2, pp. 83-100, 1997.

AKERMAN, M. **Metodologia de construção de indicadores compostos: um exercício de negociação intersetorial**, pp. 95-113. In BARATA, R.B. (org.). *Condições de Vida e Situação de Saúde*. Abrasco, Rio de Janeiro. 1997.

AKERMAN, M.; MASSEI, W.; CABRAL, S.; BROCH, A.; CREMOMESE, A.; ALVES, T. S.; FRICHENBRUDER, M. T. M. A concepção de um projeto de observatório de qualidade de vida: relato de uma experiência realizada em Campinas. **Saúde e Sociedade**. pp. 83-100, 1997.

AROUCA, A. S. **O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva**. 1975. 187f. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BERLINGUER, G. **O capital como fator patogênico**, pp. 49-82. In BERLINGUER, G. (org.) *Medicina e Política*. Ed. Cetesb-Hucitec, São Paulo, 1983.

BREILH, J., GRANDA, E., CAMPAÑA, A., YÉPEZ, J., PÁEZ, R., & COSTALES, P.. **Deterioro de la Vida: Un Instrumento para Análisis de Prioridades Regionales en lo Social y la Salud**. Corporación Editora Nacional, Quito.1990.

BREMAEKER, F. E. J. **O que os Prefeitos esperam dos Governos Federal e Estaduais a partir de 2003**. Série Estudos Especiais nº 42, 1. ed., 2002.

BRISOLLA, N. S. Indicadores para apoio à tomada de decisão. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 221-225, maio/ago. 1998.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p. 163-177, 2000.

CARMO, C. M.; JUNIOR, J. L. T. Microeconomia, Economia Industrial, Mudança Tecnológica e Métodos. 31., 2003, Porto Seguro. **Anais...Porto Seguro: ANPEC**, 2003.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. 9. ed. São Paulo: URUPÊS, 1966. 332 p.

CHARNESKI, H. **Tributação e Autonomia no Estado Federal Brasileiro**. São Paulo: BH Editora e Distribuidora de Livros, 2006.

CLEMENTE, Ademir. HIGACHI, Hermes Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COIMBRA, J. A. A. O relacionamento homem-natureza. **Revista de Cultura Vozes**, v.73, n.1, p.43-75, 1979.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada**. FINECAFI: Atlas, 2007.

CROCKER, D. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. **Lua Nova**, v. 31, p.99-33,1993.

DASGUPTA, P.; WEALE, M. On measuring the quality of life. **World Development**, v. 20, n.1, p.119-131, 1992.

DATASUS. **Indicadores e Dados Básicos do Brasil**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2007/matriz.htm>> Acesso em: 20 Mai. 2009.

DODDS, F. **Promoting a stakeholder approach to indicators**. UNDP Mamaris Roundtable “Cities for People in a Globalizing World”, Office of Development Studies, PNUD. 1996.

FORATTINI, O. P. **Ecologia, epidemiologia e sociedade**. São Paulo: Ed. Artes Médicas, EDUSP, 1992.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERCULANO, S.C. A qualidade de vida e seus indicadores. **Ambiente e Sociedade**, v.1, n.2, p.77-99, 1998.

HUMPHREYS, D. Sustainable Development: can the mining industry afford it? **Resources Policy**, v.27,p. 1-7, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores Sociais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 15 Nov. 2009.

LAURELL, A. C. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo / State and social policies in the neoliberalism**. São Paulo: Cortez, 1995. 244 p.

LOURENÇO, G. M. A dimensão econômica dos municípios brasileiros. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 27, n.1, p. 5-6, 2005. Disponível em < <http://www.ipardes.gov.br/> >. Acesso em: 15 jul. 2009.

LUIZ, O. C.; HEIMANN, L. S.; BOARETO, R. C.; PACHECO, A. G. et al. Diferenciais intermunicipais de condições de vida e saúde: construção de um indicador composto. **Revista Saúde Pública**, v.43, n.1, p.115-122, 2009.

MEEBERG, G. A. Quality of life: a concept analysis. **Journal of Advanced Nursing**, v.18, n.1, p.32-38, 2008.

MINAYO, M. C. S., HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciências e Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p.7-18, 2000.

MONTEIRO, D. A. A. **Alocação de recursos e eficiência na gestão do Programa Bolsa Família**. 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

MORÃO, P. **As disparidades regionais em Portugal: uma sugestão a partir de índices sintéticos**. Working Papers. Núcleo de Investigação em Políticas Econômicas – NIPE. WP 2. 2004.

NAHAS, M. I. P. **Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico-metodológica**. 2003. Disponível em: < <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper51.pdf> >. Acesso em: 08 set. 2009.

NETO, S. B. C. **Qualidade de vida dos portadores de câncer de cabeça e pescoço**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

OPAS. **Declaração de Santa Fé de Bogotá**, pp. 41-47. In Ministério da Saúde/FIOCRUZ 1996. Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Ministério da Saúde/IEC, Brasília, 1992.

PAES DE BARROS, R.; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. **O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. 25 p.

PAIM, J.S. **Abordagens teórico-conceituais em estudos de condições de vida e saúde: notas para reflexão**, pp. 7-32. In RB Barata (org.): Condições de Vida e Situação de Saúde. Saúde Movimento, 4, Abrasco, Rio de Janeiro.1997.

PIRES, R. A Avaliação de Políticas Públicas a partir da Perspectiva Neoinstitucional: avanços e validade. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v.2, n.1, 2004

POSSAS, C. **Epidemiologia e sociedade**. São Paulo, Hucitec, 1989. p.179-234.

RODRIGUES, A. C. M.; SILVEIRA, S. F. R. Análise da eficiência socioeconômica dos municípios mineiros da região central de Minas Gerais. 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n.5, p.909-933, 2007.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de Saúde Pública**, v.20, n.2, p.580- 588, 2004.

SILVA, A.A.P. **Eficiência na Alocação de Recursos Públicos e Qualidade de Vida nos Municípios de Minas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

SOUTO, A. S; KAYANO, J.; ALMEIDA, M. A.; PETRUCCI, V.A. **Como reconhecer um bom governo? O papel das Administrações municipais na melhoria da qualidade de vida**. Publicações Polis, n.21. São Paulo, 1995.

STERN, D. The contribution of the mineral sector to sustainability in developing countries. **Ecological Economics**, v. 13, p. 53-63, 1995.

WHOQOL GROUP. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): development and general psychometric properties. **Soc Sci Med**, 1999.

WESTPHAL, M. F. O. Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p.39-51, 2000.